

Ambiente: 'mudança é retrocesso'

Segundo ambientalistas, proposta que altera Código Florestal e reduz área de preservação na Amazônia causará danos irreparáveis

"Impensável", "loucura", "retrocesso". Assim os ambientalistas reagem à proposta de modificação do Código Florestal, em análise no Congresso Nacional, cujo parecer do deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR) reduz de 80% para 50% o limite de área de reserva legal em cada propriedade na Amazônia, na qual é obrigatória a preservação de mata nativa. A aprovação do parecer de Micheletto, na semana passada, pela comissão mista encarregada de rever o Código, causou muita apreensão entre os especialistas, mesmo com a promessa do presidente Fernando Henrique Cardoso de vetar as modificações, caso elas sejam aprovadas no Congresso.

Se o projeto entrar em vigor, o desmatamento na Amazônia poderá aumentar em 405 mil km², conforme projeção da Secretaria de Coordenação da Amazônia, do Ministério do Meio Ambiente. A área equivale ao território do Paraguai. E mais: o texto do deputado também permite que o percentual de preservação caia a 20%, se um zoneamento econô-

mico-ecológico a ser feito pelos Estados indicar que a área tem mais propensão a atividades agrícolas do que de preservação.

A organização não-governamental Instituto Socioambiental (ISA) promete, nos próximos dias, manifestações contra o projeto, que deve ser votado no dia 24. O ISA quer colocar faixas pretas em árvores de São Paulo, além de fazer uma vigília em Brasília, na véspera da votação. "A questão é simples: o solo da Amazônia é de baixa potencialidade agrícola e só permite produções de curto prazo", diz o coordenador do instituto, João Paulo Capobianco. As ONGs Amigos do Futuro e WWF fazem manifestações, hoje, em Brasília, diante do Congresso Nacional.

Danos irreparáveis

Se a redução da mata ocorrer em detrimento de um aumento da exploração da agricultura, os danos serão "irreparáveis", segundo Capobianco. "O governo tem se mostrado aberto a pressões da bancada ruralista. A culpa é do Executivo, que mexeu numa lei em vigor há mais de 30 anos de maneira irresponsável."

"O projeto está fora do tempo e representa um retrocesso para antes de 1936, quando foi instituído o primeiro Código Florestal", diz o diretor da ONG Amigos da Terra, Roberto Esmeraldi. Ele vê dois pontos graves na propos-

ta de revisão. "Ela legaliza o que hoje é ilegal, além disso, dá margem à especulação fundiária." Para compensar a redução de reserva nativa em suas áreas, os fazendeiros deverão adquirir, em outra propriedade no Estado, cotas equivalentes ao percentual desmatado. "Esperamos que esses pontos já sejam prevenidos pelo próprio Congresso."

Para o ambientalista Mario Mantovani, diretor da Fundação SOS Mata Atlântica, o projeto não tem nenhuma justificativa. "Nem do ponto de vista econômico, nem ambiental." O especialista cita outros projetos para o desenvolvimento da região amazônica que, segundo ele, fracassaram. "O Pólo Tecnológico da área e a Transamazônica, por exemplo, viraram devastação e provocaram degradação. A pro-

posta é oportunista e irresponsável, de autoria de alguém que não conhece a Amazônia."

Para Capobianco, seria mais positiva a adoção da proposta do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), que mantém em 86% das propriedades a área de floresta protegida. "O Conama só defende o interesse dos ambientalistas e coloca a agricultura em segundo plano", disse o deputado Micheletto, líder da bancada ruralista.

Dirigentes de federações de trabalhadores na agricultura de seis Estados da Amazônia ameaçam bloquear estradas e ocupar prédios públicos, a partir de amanhã, caso o governo não se manifeste oficialmente contra a aprovação do parecer.

Daniel Gonzales

Raio-x da Amazônia

- A Amazônia legal tem hoje 5 milhões de km²
- Atualmente, sob proteção legal, está 1,4 milhão de km² (28% da área)
- Até 98, já foram desmatados 550 mil km² (11% da área)
- A proposta de reduzir de 80% para 50% a área da Amazônia legal pode levar à autorização de desmatamento de até 75% da cobertura de floresta fora de áreas protegidas
- A área total poderá atingir mais 405 mil km² o equivalente ao território do Paraguai e quase o território da Espanha

Fonte: Instituto Socioambiental (ISA)

11010

Class. _____

Data 14/5/2000 Pg 134

Nome _____

AMBIENTAL

Documentação

57